



Manual do PROFESSOR EaD/UNIPAMPA





Manual_{do}Professor

EaD

Manual do Professor

CURSO DE LETRAS - PORTUGUÊS

2017

**Ministério da Educação
Universidade Federal do Pampa**



Reitor: Marco Antônio Fontoura Hansen
Vice-Reitor: Maurício Aires Vieira
Pró-Reitora de Graduação: Ricardo Howes Carpes

DEaD

Direção: Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques

Coordenação do Curso

Coordenadora: Camila Gonçalves dos Santos do Canto
Coordenador Substituto: Walker Douglas Pincerati

Elaboração

Aden Rodrigues Pereira
Amanda Meincke Melo
Ana Lúcia Montano Boessio
Ariane Fagundes Marques
Camila Gonçalves dos Santos do Canto
Cláudia Camerini Corrêa Pérez
Isaphi Marlene Jardim Alvarez
Karine Braga Moreira
Maria Cristina Graeff Wernz
Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques
Verônica Morales Antunes
Vinícius Solano Rodrigues Ferreira
Walker Douglas Pincerati

Revisão

Walker Douglas Pincerati
Denise Aparecida Moser

SUMÁRIO

CARO(A) PROFESSOR(A), TUTOR(A),	7
1 APRESENTAÇÃO	8
1.1 UNIPAMPA	8
1.2 O CURSO DE LETRAS- PORTUGUÊS	9
2 OBJETIVOS	10
3 EDUCAÇÃO SEM DISTÂNCIA: NOÇÕES BÁSICAS	12
3.1. DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA À EDUCAÇÃO SEM DISTÂNCIA	12
4 FUNCIONAMENTO DO CURSO	18
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	19
5.1. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO	20
5.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	21
5.3. ESTÁGIOS	22
5.4. PLANO DE INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA	25
6 METODOLOGIA E AVALIAÇÃO	26
7 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E SISTEMA DE TUTORIA	28
7.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	28
7.2 COORDENAÇÃO DE POLO	28
7.3 TUTOR PRESENCIAL	29
8 EQUIPES DE APOIO	30
8.1 DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	30
8.2 Diretoria DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO/DTIC-UNIPAMPA	30
8.3 NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL/ NUDE	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

Caro(a) Professor(a), tutor(a),

Seja bem-vindo/a ao **Curso de Letras - Português!**

O curso tem como objetivo principal formar professores de língua portuguesa e literaturas para a Educação Básica, de forma a articular os conteúdos curriculares com as ferramentas digitais e não digitais. Nesse sentido, estamos promovendo a construção do conhecimento de forma a responder às necessidades da sociedade contemporânea que envolvem a formação de educadores que sejam conhecedores das potencialidades das Tecnologias de Informação e Comunicação e do impacto que elas causam nas novas formas de ensinar e aprender uma língua.

Lembramos ainda que a modalidade de ensino a distância exige do aluno uma postura autônoma, ou seja, que sinta-se responsável pela própria aprendizagem. Nós oferecemos as ferramentas, os conteúdos e os professores, mas o sucesso dependerá da maneira como os alunos se articularão e se organizarão durante os semestres. Uma vez que professor, tutor e alunos estão separados temporalmente, sugerimos que planeje ações de interação, participação e utilização de ferramentas disponíveis, de maneira eficazes, para o bom andamento do curso.

A seguir, há a apresentação de orientações que deverão ser seguidas, por você, professor e tutor.

Desde já, desejamos um bom gerenciamento e sucesso no curso:

Letras - Português!

Equipe DEaD

1 APRESENTAÇÃO

1.1 UNIPAMPA

“A Universidade Federal do Pampa¹ é resultado da reivindicação da comunidade regional, que encontrou respaldo na política de expansão e renovação das instituições federais de Educação Superior, que vem sendo promovida pelo governo federal. É marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à Educação Básica e à Educação Superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Apresenta como um dos seus principais objetivos contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.” (UNIPAMPA, 2012, p. 7).

Diante disso, numa tentativa de contemplar parte dos interesses regionais, contribuir para superar uma problemática nacional que se refere à falta de professores licenciados para atuar na Educação Básica, democratizar a Educação Superior e possibilitar o acesso à formação universitária com qualidade na região, no Estado e no país, a UNIPAMPA tem buscado se inserir e construir sua identidade seja por meio do aperfeiçoamento dos cursos em andamento ou pela criação de novos cursos de licenciatura.

Conforme o relatório 7906 GURI, de 2017, no Campus Jaguarão, são ofertados os seguintes cursos de graduação: Licenciatura em Letras – Português/Espanhol e respectivas literaturas, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em História, Gestão de Turismo e Políticas e Produção Cultural e o mais recente, 2017, o curso de Licenciatura em Letras - Português, na modalidade a distância. Além disso, há 2 (duas) especializações em andamento, Especialização em Gestão Estratégica em Turismo e

¹Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA; CNPJ: 09.341.233/0001-22; Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público Federal; Endereço: Av. General Osório, nº 900, Bairro centro. município Bagé - RS. CEP: 96400-500.

Especialização em Direitos Humanos e Cidadania, 4 (quatro), aguardando certificação, Especialização em Educação Ambiental, Especialização em Educação e Gestão do Patrimônio Cultural, Especialização em Psicopedagogia Institucional, Especialização em Tecnologias Digitais e Educação e 1 (um) Mestrado Profissional em Educação (UNIPAMPA, 2017).

E ainda de acordo com o relatório 7906 GURI, de 2017, o Campus Jaguarão constitui-se por 64 (sessenta e quatro) docentes efetivos e 8 (oito) substitutos, 37 (trinta e sete) Técnicos Administrativos em Educação, 22 (vinte e dois) funcionários terceirizados e 681 (seiscentos e oitenta e um) discentes (558 de graduação e 123 de pós-graduação) (UNIPAMPA, 2017).

1.1.2 O curso de Letras - Português

O curso de Letras - Português, ofertado pelo Campus Jaguarão (localizado na Rua Conselheiro Diana, número 650, Jaguarão - RS), é uma proposição da Comissão Especial *multicampi* (Portaria número 1.750, 28/11/2011). A oferta é de cinquenta vagas, para cada polo, Jaguarão, Alegrete e Santana do Livramento, com entrada anual.

O curso proposto tem uma carga horária de 2820 horas, que pode ser integralizada em no mínimo quatro anos e no máximo oito anos. Por caracterizar-se como um curso na modalidade a distância, prevê um funcionamento noturno e aos sábados pela manhã para encontros presenciais, realização de avaliações presenciais, seminários integradores e eventuais aulas por *webconferência*.” (UNIPAMPA, 2012, p. 18).

2 OBJETIVOS

O Curso de Letras - Português tem como objetivos gerais:

- habilitar professores em língua materna e literatura, através de uma formação acadêmica reflexiva, propositiva e autonomizante, para atuar na docência do ensino do português brasileiro e da literatura na Educação Básica;
- colaborar com a implementação da modalidade EaD em cursos de graduação na UNIPAMPA (UNIPAMPA, 2012, p.20).

São objetivos específicos:

- desenvolver o senso crítico do alunado quanto às especificidades estruturais e sociais da língua materna;
- fornecer uma base sólida no que diz respeito a estudos linguísticos e literários, fazendo sempre a relação entre ensino, pesquisa e extensão, e visando uma ligação direta com a pós-graduação;
- criar oportunidades pedagógicas adequadas e significativas para que o aluno/futuro professor aja com autonomia no que diz respeito à resolução de problemas, trabalho em equipe, tomada de decisões e comunicação;
- desenvolver a formação de profissionais qualificados para a atuação na Educação Básica de qualidade;
- atuar no contexto social de forma crítica e reflexiva e na proposição de alternativas às demandas de sua realidade (UNIPAMPA, 2012, p.20).

Além disso, observada a realidade local, o curso propõe-se a capacitar professores que ministram o componente curricular de língua portuguesa, mas ainda não têm habilitação para o exercício da função, e licenciar profissionais identificados com o magistério, mas ainda inaptos à docência. O Curso ora proposto deve ser concebido como uma etapa da capacitação docente, de caráter permanente.

3 EDUCAÇÃO SEM DISTÂNCIA: NOÇÕES BÁSICAS

3.1 Da Educação a Distância à Educação sem Distância

[...] educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Certamente, você já escutou falar muito em Educação a Distância, mais popularmente conhecida como EaD. Há muitas pessoas que pensam que a EaD surgiu com o ensino via computador e, mais precisamente, com o advento da internet; ou seja, com o uso dessas tecnologias. No entanto, isso não é verdade.

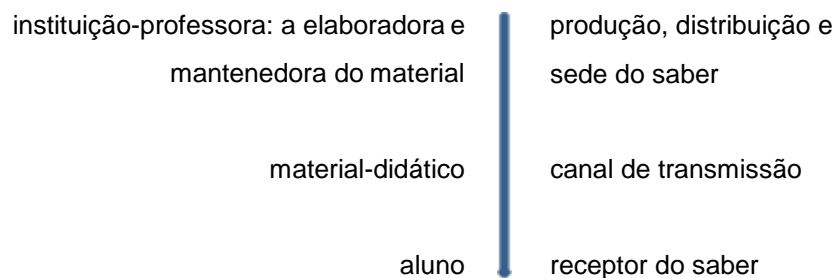
Para verificar isso, basta se recordar dos cursos por correspondência, existentes, no Brasil, desde o princípio do século XX – como aqueles do Instituto Universal Brasileiro, criado em 1941, – ou os famosos telecurios; alguns deles ainda podem ser encontrados nos Correios. Os mais famosos eram e são cursos técnicos de eletricista, de corte e costura, de desenho técnico, dentre muitos outros. Valendo-se da estrutura dos Correios, a tecnologia utilizada baseava-se no material impresso distribuído. Vale a pena lembrar que, com a televisão, os rádios e com os vídeos cassetes, as fitas cassetes também eram, em alguns casos, utilizadas.

O advento do computador, sobretudo do pessoal, na década de 1990, não aboliu essa distância, mas, evidentemente, provocou uma mudança na tecnologia utilizada. Passou-se a empregar disquetes, em meio a outros recursos de memória que comportavam arquivos de áudio e de vídeo.

Note-se, então, que, nesses casos, nessa época, a noção de *distância* diz respeito a uma realidade em que a separação espacial e temporal entre

instituição de ensino-educador-educando era efetiva. Nessa modalidade de ensino, o professor estava praticamente representado pelo material didático recebido pelo aluno, e o conhecimento a ser adquirido estava depositado nele, no professor-material. Este era o centro do saber. O aluno era um sujeito passivo no processo de produção do saber. Cabia-lhe ter competência cognitiva e habilidades para ler e manusear o material distribuído, acessando o conhecimento ali depositado.

A relação ensino-aprendizagem, nesse modelo educacional, é chamada de *mecanicista* ou *tecnicista*. Seu modo de transmissão é vertical, porque o saber é detido e vendido pela instituição de ensino por meio do material-didático ao aluno. Veja que o professor é uma figura entre instituição e material-didático, visto que seu saber não só era detido pela instituição, que o comprava e o transformava em material, como também era uma figura razoavelmente dispensável no processo, porque sua função era unicamente a de transmissor de um saber pronto e acabado. O aluno não passava de um consumidor passivo e que tinha que ser competente. Eis um esquema disso:



Com a expansão do uso dos computadores pessoais, sobretudo na década de 1990, há também o advento da rede mundial de computadores, a internet – criada entre 1940 e 1950 nos EUA para fins militares. Paralelamente, há o surgimento de novos dispositivos de memórias, substituindo os disquetes, fitas cassetes, etc. Surgem, por exemplo, o CD-ROM, com capacidade de gravação e armazenamento muito maiores e que suporta arquivos de imagem, áudio e vídeo muito maiores.

Por si só, isso tudo altera os modos de transmissão e circulação de

saberes. Com a internet, então, esse movimento de mudanças influencia significativamente não só os modos e canais de transmissão, como os lugares-sede desses saberes.

A pedagogia começa, a partir disso, a ser radicalmente transformada, e o modelo vertical de aprendizagem começa a ser bastante questionado. Isso porque a internet provocou o que se chama de **globalização**. Houve um aumento acentuado do volume e da qualidade de transmissão de informações em relação ao tempo. As comunicações foram diretamente influenciadas por tais mudanças, transformando efetivamente a vida cotidiana. Deve-se também assinalar que isso não ocorreu sem um aumento da capacidade de armazenamento, logo de memória. Paralelamente às transformações dos dispositivos de memória de dados, a internet começa a se destacar como uma enorme memória coletiva. Começa a nascer o que Pierre Lévy (2001), filósofo franco-tunisiano, chama de **ciberespaço**.

Perceba que todas essas transformações no mundo das comunicações e da transmissão de dados, promotoras da globalização, diminuiu as distâncias espaciais e temporais existentes entre os continentes e, também, entre as pessoas. Do mesmo modo, essas transformações modificaram as relações de poder, com o advento de outros modos de armazenamento e circulação de dados. Uma memória coletiva começou a se organizar. Isso deslocou o saber do poder exclusivo de algumas instituições, bem como transformou os modos como se dão as relações das pessoas entre elas mesmas, com as instituições e com os saberes. (LÉVY, 2001).

A Pedagogia também começou a questionar o modelo tradicional de educação que centra o saber ou no professor ou na material-didático até então representantes legítimos e exclusivos das instituições de ensino. Os(as) pedagogos(as) começam a pensar num modelo ou paradigma emergente de educação. Afinal, por causa dessa expansão, virtualização e consequente acessibilidade de todos os conectados a essa memória de saberes, não só o cotidiano das pessoas mudou, mas a relação entre elas e o saber.

Se antes a leitura de um exame laboratorial era um monopólio do médico, hoje basta consultar no Google informações nele constantes; se antes

a vivência numa língua estrangeira só se fazia na escola ou no país em que é falada, hoje estão acessíveis em qualquer clique ou chat. Inúmeros exemplos podem ser evocados para demonstrar que o avanço da internet, isto é, da interconexão entre computadores em escala mundial, mudou a realidade e o cotidiano de qualquer sala de aula, justamente porque os saberes estão disponíveis e são amplamente compartilhados no **ciberespaço**, que é conceituado por Lévy (1999) como um “dispositivo de comunicação interativa e comunitária” e como “suporte da inteligência coletiva”.

É a partir disso tudo, mas não só, que se passou a falar em “autonomia” do(a) aluno(a), visto que o(a) professor(a) assume, no processo de ensino-aprendizagem, mais um papel crítico em meio ao vertiginoso fluxo de saberes em construção, do que de simples transmissor de saberes prontos e acabados. A Escola, portanto, nunca mais será a mesma.

Hoje em dia toda essa avalanche cultural e tecnológica caracteriza a **cibercultura**, neologismo criado por Lévy (1999), para se referir a essa nova era da internet e das novas formas de comunicação. Do nosso ponto de vista do(a) educador(a), tudo isso levantou problemas e desafios. Afinal, como se situar em meio a esse novo contexto? O que é o ato de ensinar? O(a) professor(a) ensina ou media criticamente a relação do(a) aluno(a) com os distintos e metamorfoseantes saberes?

Agora, os celulares, smartphones, tablets, dentre outros, funcionam como microcomputadores e já são vendidos conectados à internet. O difícil atualmente é desconectar. E todo esse aparato, de modo inevitável, é trazido à sala de aula. Os(as) professores(as) e as instituições de ensino assumirão uma postura tradicional e proibirão seu uso nas salas de aula? Se um(a) aluno(a) achar um *pokémon* valiosíssimo justamente na classe de matemática, será proibido caçá-lo? Temos, como educadores(as), que navegar nesses novos mares tecnológicos e tirar o melhor proveito deles.

Os mais inovadores têm se valido de todos esses dispositivos e pesquisado como utilizá-los em uma mediação educacional crítica. Falam, então, nos Ambientes Pessoais de Aprendizagem (APA). Junto com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), professores(as) e instituições têm

desenvolvido métodos de ensino e aprendizagem cada vez mais interativos, a fim de habilitar e capacitar criticamente e profissionalmente as futuras gerações que agora entram nas instituições de ensino.

Veja, então, que APA e AVA nos fazem abandonar a ideia de Educação a *Distância* para falar, juntamente como Tori (2010), em *Educação sem Distância*. A internet não pode ser um problema, pois ela é um fato e tem cativado em larga escala os mais jovens. Por essa razão talvez seja interessante começar a pensar na abolição da ideia de “distância”, para distinguir o ensino que se dá virtualmente em relação aos cursos presenciais, afinal pode haver distância mesmo no ensino presencial.

Ora, analisemos o fenômeno um pouco mais de perto. Se, por um lado, existe uma distância temporal e espacial no ensino virtual, por outro, como defende Tori (2010), existe também no ensino presencial uma distância interativa. Por exemplo, um(a) aluno(a) pode estar em sala de aula com um professor(a), mas pode perfeitamente estar psicologicamente distante de tudo o que se passa nesse ambiente. Isto é, não está interagindo.

Aliás, não é exatamente isso que temos assistido constantemente nas TVs e lido nos jornais? A violência reclamada por professores(as) não se deve a essa falta de interação entre professor(a) e aluno(a) no ensino presencial? É óbvio que esses problemas não devem ser desprezados ou menosprezados. Contudo, o que importa aqui é entender que a falta de interatividade também está muito presente nas salas de aulas do ensino presencial, marcando, portanto, uma distância entre professor(a) e aluno(a).

Consideramos, por fim, de fundamental importância pesquisar, medir e ampliar, nessa modalidade da Educação Não-Presencial, o impacto do uso das redes de computadores e das TICs na potencialização da interação; de modo a cultivar a noção de que essa modalidade de ensino pode ser perfeitamente entendida como uma Educação sem Distância, se essa potencialização for levada a cabo.

Não se pode esquecer, por último, que o processo de ensino e aprendizagem tem, a cada dia que passa e em diversos níveis, saído do eixo professor-aluno. Os(as) alunos(as) têm chegado às instituições de ensino já

interagindo na internet via diversas TICs. É, portanto, de suma importância que a instituição de ensino promova de forma crítica essa interação, bem como interroque e reflita sobre esses modos emergentes e complexos de interação na formação acadêmica e profissional. Este é um dos objetivos deste curso da UNIPAMPA.

4 FUNCIONAMENTO DO CURSO

O curso de Letras - Português observa o Calendário Acadêmico da UNIPAMPA, de acordo com a Resolução 29/11, e possui o seguinte funcionamento:

- **Duração:** oito semestres e fluxo contínuo;
- **Modo de Ingresso:** Sistema de Seleção Unificada (SiSU), entre outras modalidades de ingresso definidas pela instituição;
- **Número de Vagas:** 150 vagas pela UNIPAMPA, Campus Jaguarão, sendo 50 vagas no polo Jaguarão, 50 vagas em Alegrete e 50 vagas em Santana do Livramento;
- **Grau do curso:** Licenciado em Letras Português;
- **Nome do curso impresso no Diploma:** Letras Português;
- **Tipo de curso:** Curso EaD;
- **Modalidade:** Licenciatura Plena;
- **Regime de Oferta:** entrada anual no Campus sede (Jaguarão);
- **Regime de Matrícula:** 120 horas/aula a 480 horas/aula por semestre;
- **Período de Realização:** noturno, com aulas presenciais aos sábados pela manhã;
- **Carga Horária Total:** 2.820 horas;
- **Componentes Curriculares Obrigatórios:** 1920 horas;
- **Componentes Curriculares Complementares:** 180 horas;
- **Atividades Complementares de Graduação:** 200 horas;
- **Estágio Curricular Obrigatório:** 400 horas;
- **Trabalho de Conclusão de Curso:** 120 horas.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Carga Horária a ser Vencida:	
Componentes Curriculares Obrigatórios, sendo 400h de práticas	1920h
Componentes Curriculares Complementares	180h
Atividades Complementares de Graduação	200h
Estágio Curricular Obrigatório	400h
Trabalho de Conclusão de Curso	120h
Carga horária total mínima a ser vencida	2820h

Prazo para Integralização Curricular em Semestres:	
Mínimo	8
Médio (estabelecido pela Sequência Aconselhada do Curso)	8
Máximo (estabelecido pela Sequência Aconselhada + 100%)	16

Limites de Carga Horária Requerível por Semestre:	
Mínimo	120h
Máximo	480h

Número de Trancamentos Possíveis:	
Parciais (por componente curricular)	1
Totais	4

* Obs.: o trancamento de matrícula parcial e total é regulamentado pelo Capítulo IV da Resolução 29/11.

Número de Componentes Curriculares	
Componentes Curriculares Obrigatórios	41
Componentes curriculares Complementares de Graduação*	6

* Obs.: o número de CCCG poderá variar em função da carga-horária dos componentes curriculares

A participação do discente, matriculado no curso de Letras - Português, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), é exigência para

a integralização curricular, conforme Lei 10.861/2004.

5.1 Atividades Complementares de Graduação

Conforme Resolução 29/11, da Unipampa, as Atividades Complementares de Graduação (ACGs) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente. As ACGs têm como principal objetivo complementar ou suplementar a formação do egresso, incentivando a participação dos alunos em atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão. Contribuem, portanto, à sua formação generalista.

Prevê atividades tais como bolsa de iniciação científica, de pesquisa, em projetos de extensão, de iniciação ao ensino (estágios não-obrigatórios), de monitorias, publicação de trabalho acadêmico, apresentação de trabalho acadêmico em eventos, publicação de trabalho de natureza cultural, apresentação de trabalho de natureza cultural e de participação, tais como: representação discente em colegiados, comissões e conselhos da Instituição, participação em eventos acadêmico-científicos, participação em eventos de extensão, participação em eventos de natureza cultural. Ainda, será possível ao aluno matriculado no curso atuar em ações e cursos de extensão a distância e presenciais, bem como em grupos de pesquisa cujos encontros possam ser realizados com apoio de recursos de interação, como fóruns, listas de discussões por *e-mail*, bate-papos, Google Drive, etc. Tais cursos, assim como as atividades listadas, serão regulamentados e orientados por docente responsável.

Cabe à Comissão do Curso estabelecer critérios para validação de aproveitamento de ACGs, de acordo com a Resolução 29/11, da Unipampa, artigo nº 51 e artigos 103-115 (Título IX). Sua carga-horária (200 horas) conta para a integralização da carga-horária total do curso e, pelo menos, 10% da carga horária de ACGs deve ser cumprida em cada um dos seguintes grupos:

- Grupo I: Atividades de Ensino;
- Grupo II: Atividades de Pesquisa;
- Grupo III: Atividades de Extensão;
- Grupo IV: Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão.

5.2 Trabalho de Conclusão de Curso

Para realizar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o formando pode escolher a área de conhecimento do seu interesse, desde que aderente aos objetivos do curso, e solicitar um orientador, o qual indicará a sua disponibilidade. O TCC compreende a elaboração de trabalho de caráter que revele o domínio do tema e as competências definidas no perfil do egresso.

O TCC é subdividido em duas etapas, TCC I e II, somando um total de 120 horas:

- O TCC I (60 horas) compreende a elaboração de um anteprojeto, mediante aprovação do professor-orientador;
- O TCC II (60 horas) compreende a elaboração do documento final, igualmente sob a supervisão do professor-orientador.

O TCC deve ser orientado e acompanhado por, pelo menos, 1 (um) docente do quadro de pessoal da Universidade. O orientador é corresponsável pela observação dos aspectos éticos e legais na execução e redação do TCC, em relação a plágio, integral ou parcial, à utilização de textos sem a correta identificação do autor, bem como pela atenção à utilização de obras adquiridas como se fossem da autoria do orientando. A definição do limite máximo de TCC orientados concomitantemente por professor fica a cargo da Comissão de Curso. Há possibilidade de co-orientação para a realização integral da proposta do TCC.

O TCC tem uma coordenação geral exercida por um docente, que deve assegurar o alinhamento dos trabalhos docente e discente, segundo a Resolução 29/11, da UNIPAMPA.

5.3 Estágios

A presente regulamentação, de acordo com os pareceres CNE/CP 009/2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena), 492/2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras), os pareceres 028/2001 e 2/2002 (Diretrizes sobre a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena); e as atuais orientações prescritas nos pareceres CNE/CP 5/2006 e 9/2007 sobre a reorganização da carga horária mínima dos cursos de formação de professores, em nível superior, para a Educação Básica, aponta as orientações para a realização de estágio supervisionado no curso de Letras - Português, Licenciatura, na modalidade a distância.

Segundo os atuais pareceres do CNE/CP 5/2006 e 9/2007, é obrigatório o cumprimento da carga horária mínima de 400 horas para a realização das práticas de estágio que terão início na segunda metade do curso. Atendendo a essa normativa, o curso apresenta este projeto de estágio supervisionado, com vistas ao atendimento da legislação vigente.

O estágio supervisionado é uma atividade curricular que conscientiza o graduando quanto às especificidades do lugar de atuação profissional; é uma experiência de efetivação do planejamento de ensino, que, por sua vez, articula saberes adquiridos na formação acadêmica. Além disso, é a ocasião de integrar escola e universidade, propiciando ao aluno compreender como esses dois espaços educacionais convergem e divergem quanto às concepções que perpassam a prática docente.

O estágio docente será realizado em escolas do Ensino Fundamental e Médio e em espaços não-escolares situados nos municípios-polo. No que se refere a espaços não-escolares, o estágio poderá ser feito como projetos de ensino, extensão e pesquisa devidamente cadastrado e reconhecidos pela Instituição, contudo, esta prática não poderá ser convalidada como atividade complementar de graduação. Este estágio também poderá ocorrer nos espaços

administrativos da Universidade, do município e do estado quando as atividades administrativas estiverem em consonância com o perfil do egresso, contudo, esta prática também não poderá ser convalidada como atividade complementar de graduação.

O graduando poderá escolher a área de atuação do estágio: língua e/ou literatura. Independente da área de atuação, deverá conceber o estágio como oportunidade de integração dos componentes curriculares cursados, de modo que a indissociabilidade entre teoria e prática seja uma tentativa constante. Para que haja uma integração entre conhecimentos pedagógicos e específicos do curso, possibilidades de prática docente ocorrerão ao longo do curso, evitando, dessa forma, que o estágio se transforme em uma atividade apartada do processo de formação, permitindo a vivência de momentos de trocas entre alunos/alunos e professores/alunos.

Para realização do estágio, um professor se responsabilizará pelos contatos polo-escola e estagiário-professor titular, pela assinatura de documentos relativos aos comprometimentos da prática docente (Termo de Compromisso do estagiário, Carta de Aceite da escola, presença nos encontros de orientação do estágio) e pelas orientações relativas ao relatório.

Para ingressar nas atividades de estágio supervisionado, o discente deverá estar cursando a segunda metade do curso e ter concluído os componentes curriculares definidas como pré-requisitos no plano de integralização da carga horária.

A supervisão de estágio será realizada pelo professor responsável pelo componente curricular de estágio supervisionado, que focalizará dois aspectos: a fundamentação teórica do planejamento de ensino e orientações sobre a organização e o desenvolvimento do estágio. O componente curricular de estágio supervisionado contará com encontros presenciais e atividades a distância, centradas em orientações gerais, disponibilização de documentos, de livros-texto, socializações.

A avaliação do estágio será realizada considerando os encontros com professor-orientador de estágio, participação nas socializações, pontualidade na entrega de documentos, planejamento das atividades docentes, domínio do

conteúdo, elaboração de planos de ensino e relatórios.

O estágio realizado em espaços não-escolares – contempla 100h – no total, que ficam assim divididas:

1. orientação – 15h;
2. planejamento – 20h;
3. observação – 5h;
4. prática – 15h;
5. elaboração de relatório e preparação para a mostra de estágios – 30h;
6. socialização (roda de conversa e pôster) – 10h;
7. mostra de estágios – 5h.

O Estágio no Ensino Fundamental – contempla 150h – no total, que ficam assim divididas:

1. orientação – 30h;
2. planejamento – 30h;
3. observação – 10h;
4. regência – 15h;
5. elaboração de relatório e preparação para a mostra – 50h;
6. socialização (roda de conversa e pôster) – 10h;
7. mostra de estágios – 5h.

O Estágio no Ensino Médio – contempla 150h – no total, que ficam assim divididas:

1. orientação – 30h;
2. planejamento – 3h;
3. observação – 5h;
4. regência – 40h;
5. elaboração de relatório e preparação para a mostra – 30h;
6. socialização (roda de conversa e pôster) – 10h;

7. mostra de estágios – 5h.

5.4 Plano de Integralização da Carga Horária

Para obter a integralização do currículo, com vistas à formatura, o acadêmico deve:

- cumprir todos os componentes curriculares obrigatórios, inclusive os estágios curriculares obrigatórios;
- cumprir a carga horária mínima de componentes curriculares complementares;
- comprovar o cumprimento de, no mínimo, 200 horas de Atividades Complementares de Graduação;
- apresentar Trabalho de Conclusão de Curso e obter aprovação em defesa pública;
- participar do Enade.

6 METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, os princípios norteadores do curso de Letras - Português, fundamentado no ensino de língua, literaturas e letramento digital, são:

- interdisciplinaridade perpassando a construção do saber (o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe, com a abordagem de temas transversais);
- respeito às diferenças em todas as suas manifestações (culturais, linguísticas, sociais, econômicas, etc.);
- fomento à pesquisa (projetos e seminários integradores);
- uso de Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC);
- articulação ensino-pesquisa-extensão como base da formação acadêmica.

A organização do curso será constituída por eixos articuladores anuais, apoiados por um componente curricular que permeará todos os semestres, denominada Prática Pedagógica e Seminário Integrador, a qual reflete a intencionalidade de uma formação interdisciplinar. A produção textual e a apresentação de seminários são valorizadas a cada semestre, no intuito de enfatizar as experiências discentes que visem à construção de sua identidade docente. Nesse sentido, há uma articulação entre todos os componentes curriculares, cabendo ao professor responsável pelo seminário de integração propor trabalhos escritos, tais como resumo, resenha, artigo e pôster, e/ou seminários de debate. Essas ações visam articular os diferentes componentes curriculares do semestre, de modo que o aluno estabeleça uma relação entre as teorias desenvolvidas nas áreas de Língua Portuguesa, Linguística, Educação, Literatura e TICs e suas possíveis aplicabilidades.

A metodologia de trabalho do corpo docente deste curso deve ser

permeada pela ação-reflexão-ação que aponte para a resolução de situações-problema. Conforme Freire (2005, p. 90), os homens se fazem “na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. O aluno, pela resolução de situações-problema, é desafiado a desenvolver competências que fortalecem a sua condição de sujeito ativo. Dessa forma, deve-se contextualizar a situação-problema e dar-lhe embasamento, a partir de dados, informações e objetivos.

Para promover o acesso aos conteúdos e à dialogicidade necessária ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem, TICs institucionais (exemplos: *site* do curso, ambiente virtual de aprendizagem, *webconferência*, videoconferência, etc.) e não institucionais (ex.: comunicadores instantâneos, recursos da *web* 2.0, etc.) devem ser plenamente exploradas pelo corpo docente do curso. Entre os componentes curriculares previstos, está o componente curricular de Introdução às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, que pretende oportunizar ao estudante a familiarização com a Educação a Distância e suas tecnologias, de forma contextualizada, visando à promoção da autonomia.

7 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E SISTEMA DE TUTORIA

Nesta parte, apresentamos as categorias, divisões e funções de cada membro da Equipe EaD que o acompanhará nesta aventura educacional no ciberespaço. Nessa apresentação, não deixaremos de destacar as estruturas em que cada um está locado. Ei-las:

7.1 Coordenação do Curso

Coordena a equipe de docentes que atua no curso; convoca as reuniões da equipe e outras; acompanha a elaboração dos materiais didáticos, os trabalhos do/a Coordenador/a de Tutoria na seleção dos tutores; acompanha e coordena as atividades docentes, discentes e administrativas juntamente com o/a Coordenador/a do Polo Presencial; participa das atividades de capacitação e atualização; acompanha as atividades de ensino presencial e virtual; zela pela infraestrutura do polo; articula-se e reporta-se à mantenedora do polo objetivando provê-lo de materiais, pessoal, espaço e demais questões relativas ao funcionamento e desenvolvimento ótimo das atividades do polo.

Coordenadora do curso: Prof^a. Dr^a. Camila Gonçalves dos Santos do Canto

Coordenador substituto: Prof. Dr. Walker Douglas Pincerati

7.2 Coordenação de polo

Sua função é manter o pleno funcionamento do Polo Presencial, cuidando da gestão interna – a equipe de professores/as, tutores/as e alunos/as –, das instalações físicas, dos aparatos das tecnologias assistivas e dos laboratórios de prática de ensino, essenciais para o desenvolvimento dos estudos.

Polo Alegre: Karine Braga Moreira

Polo Jaguarão: Prof. Dr. Vítor Jochims Schneider

Polo Santana do Livramento: Prof. Dr. Rafael Camargo Ferraz

7.3 Tutor Presencial

Tem a função de atender os/as alunos/as no polo, em horários preestabelecidos; de auxiliá-los no desenvolvimento de atividades; de fomentar o hábito de pesquisa junto a eles; esclarecer-lhes dúvidas em relação a conteúdos específicos; auxiliá-los no uso das tecnologias disponíveis; participar de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam.

Polo Alegrete: Paulo de Tarso Irizarga

Polo Jaguarão: Marcos Gares Affonso

Polo Santana do Livramento: Ricardo Gomes

8 EQUIPES DE APOIO

8.1 Diretoria de Educação a Distância

Assessora pedagogicamente os cursos e projetos na modalidade semipresencial e a distância, incentivando o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação nas ações de ensino, pesquisa, extensão e na gestão.

- **Diretora da Diretoria de EaD:** Maria do Socorro de Almeida Farias-Marques, atua como docente no Campus Jaguarão;
- **Coordenadora da Coordenadoria de Apoio aos Polos:** Cláudia Camerini Corrêa Pérez, atua como docente no Campus Jaguarão;
- **Coordenadora da Coordenadoria de Materiais Didáticos Pedagógicos em Educação a Distância:** Aden Rodrigues Pereira, atua na Reitoria e como docente no Campus Bagé;
- **Coordenador do Núcleo de Articulações e Convênios:** Rafael Camargo Ferraz, atua como docente no Campus Santana do Livramento;
- **Coordenadora da Coordenadoria de Capacitação de Pessoal em Educação a Distância:** Sandra Dutra Piovesan atua como docente no Campus Bagé;
- **Assistente em Administração:** Marcos Afonso, atua no Campus Jaguarão;
- **Técnica em Tecnologia da Informação:** Ailime Ferreira Rodrigues, atua no Campus Jaguarão;
- **Secretária Executiva:** Maria Cristina Graeff Wernz, atua no Campus Alegrete;
- **Técnica em Assuntos Educacionais:** Karine Braga Moreira, atua no Campus Alegrete;

- **Pedagoga:** Verônica Morales Antunes, atua na Reitoria, em Bagé;
- **Assistente em Administração:** Ariane Fagundes Braga, atua na Reitoria, em Bagé;
- **Administrador:** Vinícius Solano Rodrigues Ferreira, atua na Reitoria, em Bagé;
- **Administrador:** Fernando Scholl do Amaral, atua na Reitoria, em Bagé;
- **Administrador:** Iuri de Quadros Barcellos, atua na Reitoria, em Bagé;
- **Administradora:** Deise Mazzarella Goulart Ferreira, atua na Reitoria, em Bagé;
- **Assessora Especial da Reitoria:** Denise Aparecida Moser, atua na Reitoria e como docente nos Campi Jaguarão, Alegrete e Bagé;
- **Assistente em Administração/Apoio de TIC:** Elias de Souza Santana, atua na Reitoria, em Bagé;
- **Assessora Especial da Reitoria:** Jaqueline Souza de Souza, atua no Campus Santana do Livramento.

8.2 Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC-UNIPAMPA

A DTIC é um órgão da Reitoria da UNIPAMPA, cuja estrutura é prevista na Portaria nº 745, de 13 de abril de 2010, que tem por objetivo criar e manter as condições do funcionamento sistêmico das atividades ligadas à tecnologia da informação e comunicação na universidade. Dá suporte ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da gestão e dos serviços à comunidade. Cada *campus* ou, no caso do EaD, polo possui um serviço de suporte de TI, denominado STIC.

8.3 Núcleo de Desenvolvimento Educacional/NuDE

Dá suporte à área de assistência estudantil, de apoio pedagógico, de esporte, cultura e lazer e à inclusão na e à comunidade acadêmica. Presente nos dez *campi* da UNIPAMPA, dentre outros, sua equipe é formada por

assistentes sociais, pedagogos/as, técnicos/as em assuntos educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caro/a professor/a e tutor/a

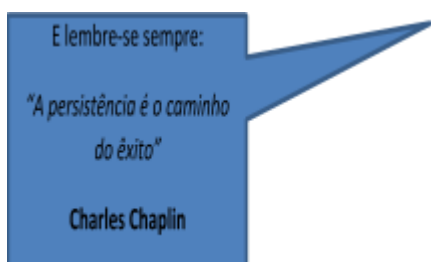
Com certeza este Manual o/a deixou com vontade de saber mais. Dúvidas talvez persistam e muitas outras irão aparecer; bem como, vale a pena lembrar, dificuldades e felicidades no meio do percurso.

É sempre bom enfatizar que a EaD ainda causa temor no coração de muitos, tanto alunos quanto professores, seja por preconceito ou por simples desconhecimento de seu funcionamento. Não se preocupe! Este tipo de modalidade de ensino tem provado a cada dia que passa seus méritos e, como procuramos destacar acima, já faz parte de sua vida. Muitas atividades hoje em dia são realizadas “a distância”, visto que a globalização é um fato e que as demandas na cibercultura são cada vez mais diversas e dinâmicas. Pode soar um contrassenso, mas a EaD está cada vez mais abolindo as distâncias e possibilitando com que você faça cursos, compartilhe e construa saberes em rede.

Consulte nosso site para maiores informações:

<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/llpead/>

Começa agora sua caminhada. A equipe do curso de **Letras – Português**, da UNIPAMPA, está aqui para dar todo apoio que você precisa nesta grande jornada!



REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. Resolução 1, de 17 de julho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente estruturante - NDE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid=. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001**. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001 que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2, de 19 de Fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_retificado_fevereiro_2012.pdf. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial de Qualidade para a Educação Superior a distância**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 1º Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.172**, de 09 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.640**, de 11 de Janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jan. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. **Estatísticas da Educação**. 2012. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp>. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.755**, de 29 de Janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm. Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm.

Acesso em: 1º jun. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm.

DELORS, Jacques. *et alii*. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre Educação para o século XXI. 2. ed. Brasília: Cortez Editora, 1999. 288p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOÃO, Renato Bastos. **Edgar Morin e Wilhelm Reich**: uma concepção de ser humano para a formação de professores. Revista Pedagógica UNB - ano 3 – número 6 – Especial sobre formação de professores, 2002. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:cap02:02_ser_humano_morin.pdf. Acesso em: 1º jun. 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Editora 34 Ltda, 1999.

LITTO, Frederic M. e FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. Person Education do Brasil, 2009.

LITWIN, Edith. **Educação a Distância**: temas para debate de uma nova agenda educativa. Fátima Murad (Trad.) Porto Alegre: Artmed, 2001. 110p.

LITWIN, Edith. **Tecnologia Educacional-Política, histórias e propostas**. Ernani Rosa (Trad.) Porto Alegre: ArtMed, 1997. 191p.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura(organizadores). **Navegando pela história da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_concepcao_pedagogica.htm. Acesso em: 1º jun. 2012.

MELO, A. M. Acessibilidade em EaD Mediada pela Web: um convite à ação. In: Cristiano Maciel. (Org.). **Educação a Distância**: Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Educação a Distância: Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Cuiabá: EdUFMT, 2012. (no prelo).

MELO, A. M.; PUPO, D. T. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**

Escolar: Livro Acessível e Informática Acessível. 1. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2010. 45 p.

NUNES, Ivônio. **Pequena Introdução a Educação a Distância**. EAD, nº 1 junho/92, Brasília: INED.

PRETTI, Orestes. **Educação a distância:** construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 2000.

SOUZA, Maria de Fátima Guerra Souza; NUNES, Ivônio Barros. **Módulo Integrado II** – FEAD – Módulos I e II. Programa Formação de Formadores Sesi, UNB/FE e UNESCO, Brasília, 2000. 132p.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL. UAB. **Modelo de polo de apoio presencial**. Disponível em: http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=31. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Curso**. 2011.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Instrução normativa nº 02/09**, de 05 de março de 2009. Estabelece normas básicas de graduação da UNIPAMPA bem como trata do controle e do registro de suas atividades acadêmicas. Disponível em: http://porteiros.unipampa.edu.br/uruguaiana/dmdocuments/Instrucao_Normativa_02_2009.pdf. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Pedagógico das licenciaturas da UNIPAMPA**. Aprovado no CONSUNI em novembro de 2011.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**, de 16 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010**. Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/resolucoes/>. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011**. aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/coordeg/2011/05/12/82/>. Acesso em: 1º jun. 2012.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 1.750, de 28 de**

novembro de 2011. Proposição de comissão Especial *multicampi*.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto político pedagógico de Letras - Português.** Jaguarão. 2012. Disponível em:
<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lpead/files/2014/01/PPC_Letras_Portugues_EaD.pdf>.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Relatório 7906 GURI, 2017.** Jaguarão, 2017.